

GAZETA MERCANTIL

Participantes temem dificuldades na relação Executivo-Congresso

por Fernando Dantas
do Rio

A relação entre os poderes Executivo e Legislativo no próximo governo será difícil e complexa, pelo despreparo do Congresso para dividir com o presidente a tarefa de governar, de acordo com o que lhe foi atribuído na nova Constituição, e pelo risco de que a próxima administração não saiba ou não queira pautar sua relação com o Legislativo dentro de um espírito democrático de negociação.

Esse temor esteve presente na maioria das intervenções de políticos e cientistas sociais presentes aos debates do último dia do Fórum Nacional, sexta-feira, especialmente no painel da manhã, intitulado "Modernização Política e Desenvolvimento". O empresário Sérgio Quintella, no entanto, falando à tarde, opinou que "Collor não terá maiores problemas com o Congresso, pois este é o reflexo do jogo de forças sociais, no qual ele se mostrou claramente majoritário".

No painel da manhã, falou-se exaustivamente de reforma do sistema político, com a maioria dos participantes defendendo o



Fernando Henrique
Cardoso

parlamentarismo e a adoção do voto distrital misto. Surpreendentemente, a crítica da atuação do Congresso de efeito mais contundente partiu de um de seus membros, o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS).

Falando logo depois do sociólogo e cientista político Hélio Jaguaribe ter criticado o clientelismo e fisiologismo do sistema partidário brasileiro, Jobim chamou a atenção para a necessidade de se analisar o problema de forma mais concreta. Para ele, os procedimentos do Congresso e as características da maior parte dos seus integrantes

são herança dos tempos autoritários, em que a legislação garantia a concentração do poder e da distribuição dos recursos nas mãos do Executivo.

"O ambiente de trabalho do parlamentar típico é a ante-sala dos ministérios, onde ele se dedica ao agenciamento dos interesses regionais", disse Jobim, com a nova Constituição, que desconcentrou os recursos tributários na direção de estados e municípios, diminuiu o que o deputado chamou de "possibilidade de transferência negociada de recursos".

Com isso, como ele admitiu, muitos congressistas se viram desprovidos de grande parte do seu campo básico de atuação, ficando literalmente "sem ter o que fazer".

Jobim acha que serão necessárias duas legislações para que se eleja um Congresso sem esses vícios, o que só se daria, portanto, a partir de 1995.

O parlamentarismo e o sistema de voto distrital misto tiveram diversos defensores durante o painel: Hélio Jaguaribe, o senador Fernando Henrique Cardoso e o cientista político Bolívar Lamounier. Seguindo o modelo alemão ou belga, que respeitam a pro-

porcionalidade da população, em que metade dos candidatos está ligada a distritos e metade inscrito numa lista para abrigar candidaturas sem caráter regional, o sistema distrital misto não prejudica em nada as possibilidades eleitorais de pequenos partidos, garantiu Cardoso.

A outra grande preocupação manifestada por políticos e cientistas sociais presentes ao fórum foi a natureza da relação do governo Collor com o Congresso. Jobim lembrou que as medidas provisórias, por exemplo, não são um procedimento autoritário como os decretos-leis, mas podem adquirir essa característica se forem usadas sem espírito democrático de negociação prévia com o Congresso.

Para Fernando Henrique Cardoso, "há o risco de que o novo governo queira administrar com projetos de impacto, do tipo operação pega-ladrão, para obter simbolicamente o apoio do povo".

Ele avisou que "isto não vai dar certo", acrescentando que "é preciso que o governo entenda que os conflitos têm que ser dirimidos nos foros apropriados, entre os quais o principal é o Congresso".